

RECURSOS NATURAIS

Brasil quer gerir exploração do mogno

Equipe de transição rebate, dizendo que grande parte dessa atividade tem sido ilegal

Carla Éboli
de São Paulo

O governo brasileiro é contra a inclusão do mogno no Anexo II da Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas (Cites). O argumento da equipe de negociadores do Brasil é que impedimentos no comércio internacional, que podem surgir com a mudança, atentariam contra a meta de valorização dos recursos naturais e sua utilização de forma sustentável. A discussão sobre o status da espécie, que ocorre do dia 3 deste mês até o dia 15, em Santiago do Chile, envolve os governos de 160 países.

A posição brasileira está repre-

sentada no encontro por uma equipe de diplomatas do Ministério de Relações Exteriores e diz que o regime adotado desde 1998 pelo País, de inclusão do mogno no Anexo III da Cites — que prevê a proteção da espécie no país de origem — é adequado para a preservação da espécie.

Governo de transição contesta

“A história já mostrou que não”, rebate o responsável pela área de Meio Ambiente no governo de transição, deputado Gilney Viana (PT/MT). O deputado enviou uma nota assinada ao atual governo onde diz que a exploração do mogno no Brasil tem sido feita, na maior

parte, ilegal e de forma insustentável. “A situação é crítica”, avalia. Além disso, segundo ele, incluir o mogno no Anexo II — que responsabiliza países produtores e consumidores pelo controle compartilhado do comércio — não é suficiente se não for adotada uma política mais ampla de proteção ambiental e florestal e também a adequação da atividade madeireira. “Fora desse contexto será uma medida isolada”, diz o parlamentar. Ele lembra que mesmo todas as medidas adotadas pelo governo brasileiro nos últimos anos — como reduzir de 150 mil metros cúbicos para 50 mil metros cúbicos o volume autorizado para explora-

ção — não foi suficiente para acabar com o comércio ilegal.

A proposta de aumento da proteção foi apresentada pela Guatemala e Nicarágua e segundo técnicos da organização não governamental (ONG) Greenpeace, que também acompanham o encontro no Chile, tem apoio dos países da União Européia, América Central, além da Bolívia. A entidade, que também defende a elevação do status da espécie para o Anexo II, informa que pelo menos metade do total exportado e declarado como legal entre 1999 e 2001, era contrabando. Naquele período foram vendidos ao mercado externo 131 mil metros cúbicos da madeira.

Class	500
Data	11/11/2002
F. NUC	11111111
Documntação	11111111
11111111	11111111

11111111